

# Movimento de Educação de Base – MEB: contribuição para transformação nos assentamentos no estado do Piauí

Valmiram Cardoso Sobreira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo objetiva apresentar o projeto do Movimento de Educação de Base – MEB para a construção da cidadania plena e participativa, nos territórios da reforma agrária no estado do Piauí, como espaço de bem viver. Esta proposta trata-se de uma parceria firmada entre o Movimento de Educação de Base – MEB, Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária – PRONERA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Buscou-se realizar uma revisão bibliográfica e análise de relatórios consolidados das atividades do projeto. Concluiu-se que os processos de ensino e aprendizagem aos quais o projeto almejava foram alcançados e as discussões sobre Educação do/no Campo e a Agroecologia foram significativas para o fortalecimento da compreensão de que a educação que é um direito dos povos do campo.

**Palavras-chave:** Movimento de Educação de Base. Alfabetização. Cidadania plena. Território. Reforma agrária.

## 1 Introdução

É importante destacar que a educação fomentada pelo Movimento de Educação de Base – MEB para a construção da cidadania plena e participativa vivenciada nas salas de aulas teve como conceito fundante os “territórios livres do analfabetismo” em todas as dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas e éticas, com ações diretas em 26 turmas em 2014 e 36 salas de aula em 2015, distribuídas em 13 municípios piauienses, com ações voltadas à valorização dos saberes construídos e socializados pelos sujeitos do campo, capaz de promover desenvolvimento com justiça social, reforma agrária popular, soberania ali-

mentar e emancipação humana como dimensões estruturais dessa transformação.

O trabalho resultou de convênio firmado entre o Movimento de Educação de Base – MEB, Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária – PRONERA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que direcionou energias para a reconstrução do processo histórico da luta social e elevação da autoestima dos sujeitos Sem-terra integrantes dos movimentos sociais do campo piauiense. Neste projeto, contou-se com a parceria da Secretaria Municipal de Educação de Buriti dos Lopes – PI, que foi responsável pela certificação dos estudantes concluintes do município e da Secretaria Estadual de Educação e Cultura – SEDUC – PI, certificadora dos estudantes das outras turmas dos demais municípios participantes.

A partir do exposto, é apresentada a compreensão de “territórios livres do analfabetismo”. Outra questão geradora de reflexão da futura prática foi: com qual metodologia e trabalho o MEB busca formar sujeitos históricos e participativos?

Em resposta a esta indagação surgiu o projeto “Territórios de alfabetização e escolarização”, que teve como objetivo, ainda que no âmbito básico, evidenciar as questões que são fundamentais para dar continuidade aos estudos, visando a construção de territórios livres do analfabetismo com práticas, pautando a cidadania como um pilar fundamental na construção do conhecimento e como matriz de desenvolvimento para os territórios camponeses.

Destacamos que os procedimentos metodológicos para a realização deste projeto foram compreendidos por estudo teórico, por meio de revisão bibliográfica e vivência de campo, e de leituras que tratam do projeto desenvolvido na parceria MEB/PRONERA/INCRA. Também utilizamos documentos do MEB que tratam do método Ver – Julgar – Agir – Rever. Amparados por este arcabouço teórico e prático, tratou-se de contribuir para os participantes com uma proposta de ensi-

1. Licenciado em Ciências Agrárias – UFPB. Mestre em Geografia pela UNESP. Militante do MST e Agente Caritas. Email:valmiramescola@gmail.com.

no e aprendizagem que dialogasse com a vida, para que os mesmos mergulhassem na realidade de sua comunidade, local onde vivem e trabalham e, assim, pudessem contribuir para superar as dificuldades e limitações, ao mesmo tempo que buscassem valorizar suas potencialidades.

Para julgar a realidade observada, os participantes foram estimulados a construir momentos para analisar e compreender as situações dos assentamentos, refletindo sobre as causas e consequências dos fatos observados, questionando criticamente o que se vê para poder agir, propondo um conjunto de ações dentre as quais destacamos: mutirões de limpeza dos assentamentos, arborização, ações cidadãs para a documentação e incentivo à troca de documentos para retirar o termo “Não Alfabetizado”<sup>2</sup> e Jornada Comunitária<sup>3</sup>. Destacamos aqui a Jornada de Saúde Oftalmológica. Essas atividades possuem potencial para mudar a realidade.

Como contexto da pesquisa, destacamos que o estado do Piauí segundo dados do IBGE (2018) possui uma população de 3.281.480 pessoas e 480.126 estão matriculadas no ensino fundamental. A área territorial do estado é de 251.755,485 km<sup>2</sup>. “[...] O estado do Piauí é o segundo com maior índice de analfabetismo no Nordeste, perdendo apenas para o estado de Alagoas [...]” (SANTOS, 2020, p. 44).

Ao compararmos os índices de analfabetismo do estado do Piauí nos anos entre 2008 e 2017, é possível observarmos a reparação feita a esta população historicamente marginalizada. Santos (2020), ao refletir sobre a redução do analfabetismo no Piauí, analisa dados de 2012 da Fundação CEPRO. Estes dados registram que, no ano de 2008, neste estado, o índice de analfabetismo era de 24,36%; depois a autora compara com os dados, apresentados pelo IBGE, referentes ao ano de 2017, que eram de 16,6%. Então, conclui que “[...] o investimento em políticas públicas nos últimos 9 anos revela que erradicar o analfabetismo não é uma utopia, requer empenho, dedicação e vontade política [...]” (SANTOS, 2020, p. 45). Desta forma, podemos dizer que o projeto MEB/PRONERA/INCRA, que

aconteceu nos anos de 2014 a 2015, contribuiu para a redução do analfabetismo neste estado.

No presente artigo, organizamos o texto para uma melhor compreensão da seguinte forma: inicialmente apresentamos, a partir de estudos e pesquisas, a compreensão de Território de Bem Viver como categoria de estudo/análise e sua relação com a Educação do/no Campo; no segundo momento, apresentamos o projeto do Movimento de Educação de Base para a construção da cidadania plena e participativa, nos territórios da reforma agrária, visando torná-los livres de analfabetismo, realizado no estado do Piauí; no terceiro momento, apontamos algumas considerações e reflexões acerca das atividades realizadas, e, por fim, as referências bibliográficas.

## 2 Assentamentos livres do analfabetismo - território do bem viver

O debate acerca dos Territórios do Bem Viver, em linhas gerais, coloca a preservação da natureza como fundante para o processo de construção do conhecimento de forma multidisciplinar, cujos ensinamentos contribuem para a construção de estilos de vida e de agricultura de base ecológica e para a elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo como referência os ideais da sustentabilidade, numa perspectiva multidimensional e interdisciplinar.

Não se trata de viver *la dolce vita*, de ser um *bon vivant*. O Bem Viver não se oferece como a enésima tentativa de um capitalismo menos desumano — nem deseja ser um socialismo do século 21. Muito pelo contrário: acusa a ambos sistemas, irmanados na exploração inclemente de recursos naturais. O Bem Viver é a superação do extrativismo, com ideias oriundas dos povos e nacionalidades indígenas, mas também de outras partes do mundo (ACOSTA, 2011, p. 2).

Assim, o autor oferece caminhos para o pleno Bem Viver, mas também nos chama atenção no sentido de esclarecer que não há apenas uma maneira para começar a construir um novo modelo, ao afirmar que a trajetória deve ser democrática desde o início, construída pela e para a sociedade.

O território do Bem Viver, descrito e vivenciado no projeto, é entendido como conhecimento para superar um modelo produtivo de agricultura do agronegócio, por meio das práticas agrícolas que se pode ressignifi-

2. Termo descrito nas certidões de identidades de pessoas não alfabetizadas. Com o projeto, os alunos puderam fazer uma nova carteira de identidade, na qual foi retirada a expressão *não alfabetizado*.

3. Para maior compreensão sobre a Jornada Comunitária, ler a dissertação de Elinete Pereira de Santos: “Movimento de Educação de Base (MEB): contribuições da Jornada Comunitária para a formação política dos sujeitos sociais”. Neste trabalho, a autora apresenta a Jornada Comunitária como um instrumento pedagógico de formação política para o exercício da cidadania.

car, ou melhor, reafirmar origens, cidadania, luta para acesso às políticas públicas pelo sujeito que optou por viver no campo, buscando construir segurança e soberania alimentar, ou seja, a produção de saberes e de alimentos saudáveis que sejam produzidos por camponeses que trabalhem e vivam práticas ecologicamente menos impactantes para o meio ambiente. O Bem Viver é uma forma de vida que se instrumentaliza no respeito à natureza, que promove mudanças de paradigmas econômicos e sociais, assim estabelecendo um desenvolvimento integral e sustentável, “[...] onde os seres humanos são uma promessa e não uma ameaça [...]” (ACOSTA 2011, p. 2).

Além disso, o trabalho desenvolvido na perspectiva do método utilizado na ação do MEB — Ver, Julgar, Agir e Rever<sup>4</sup> — representa uma ferramenta capaz de auxiliar no trabalho de mobilização e de autoestima dos participantes, fortalecer a identidade camponesa, promover processos de conscientização dos mesmos e permitir análises específicas de uma construção identitária, incluindo o contexto social em que se está inserido.

Com isso, a experiência do projeto Territórios Livres do Analfabetismo – MEB/ PRONERA/INCRA nos assentamentos do estado do Piauí, foi além das questões pedagógicas e administrativas; ampliando-se para ações ambientais, políticas, sociais e culturais, contribuindo de forma direta com o projeto da Reforma Agrária Popular, sendo defendido e implementado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra – MST, que tem a agroecologia como uma ferramenta fundamental de fortalecimento das ações produtivas, com centralidade na produção de alimento saudável, cooperação agrícola, democracia, ampliação da participação de mulheres e jovens, igualdade social, protagonismo dos camponeses e camponesas e toda a classe trabalhadora, desenvolvimento da liberdade e educação do campo, como um ato de liberdade, preconizada nas palavras de Freire (1999).

De uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço. A da intimidade com eles. A da pesquisa ao invés da mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas

condições mesmas de vida. A educação do “eu me maravilho” e não apenas do “eu fabrico”. A da vitalidade ao invés daquela que insiste na transmissão do que *Whitehead* chama de *inert ideas* — “Ideias inertes, quer dizer, ideias que a mente se limita a receber sem que as utilize, verifique ou as transforme em novas combinações” (FREIRE, 1999, p. 100).

Ao afirmar a educação como um ato de liberdade, Freire chama atenção para a necessidade de uma educação corajosa, que afirme a realidade do homem comum, o direito a inserir-se ativamente nas decisões que dizem respeito ao seu território, contrapondo-se a um modelo tecnicista de educação. Na experiência do projeto aqui relatado, o método de formação do Movimento de Educação de Base – MEB buscou promover um processo de educação a partir da realidade dos sujeitos e seus processos sociais, implementando metodologias de socialização horizontal do conhecimento, que abordam os conhecimentos reafirmando processos participativos com ênfase em metodologias da Educação Popular do patrono da educação brasileira, Paulo Freire.

### 3 Os assentamentos e os processos de Educação de Jovens e Adultos

O MST no estado do Piauí contou com outros projetos de alfabetização e escolarização em áreas sob sua coordenação, tais como o projeto PROEJAPI e o Brasil Alfabetizado e, mais recentemente, conta com as escolas de Ensino Fundamental e Médio com sede nos assentamentos. Entretanto, essas escolas, por serem vinculadas aos sistemas das redes de ensino governamental, apresentam limites no tocante às abordagens metodológicas que tenham como princípio o Ver, Julgar Agir e Rever. Assim, as escolas dos assentamentos vinculadas às redes ainda apresentam limites para ser um espaço que contribui com a construção do projeto de Reforma Agrária Popular, sendo um desafio político e social.

Com este horizonte, nos anos de 2014 e 2015, o MEB apresenta o projeto em parceria MEB/PRONERA/INCRA ao MST do estado do Piauí, visando tornar esses assentamentos livres de analfabetismo, desenvolvendo ações no estado do Piauí. Durante as atividades do projeto, contou-se com uma equipe operativa multidisciplinar formada por 43 profissionais que participaram de capacitações iniciais e continuadas para

4. O Método Ver, Julgar, Agir e Rever, utilizado pelo MEB no desenvolvimento de seus trabalhos, segundo SANTOS (2020), trata-se de uma proposta pedagógica implementada pelo sacerdote belga Joseph Cardijn, fundador da Juventude Operária Católica – JOC na Europa e autor do método, Ver, Julgar, Agir. O MEB, como resposta e análise de sua prática pedagógica ao longo dos 60 anos de atividade, acrescentou o Rever.

desenvolver, junto aos 450 educandos/as do projeto para a construção da cidadania plena e participativa nos territórios da reforma agrária, ações para superar as dificuldades apresentadas no momento Julgar, permitindo aos participantes avaliar e tomar consciência no presente do que fizemos ontem para buscar melhorar o amanhã.

As turmas implantadas funcionaram nas seguintes regiões e municípios piauienses, conforme quadro de recursos humanos a seguir. Ressalta-se que as regiões são estabelecidas a partir da geografia elaborada pelo MST – PI.

No estado do Piauí, contamos com uma equipe multidisciplinar que atuou em 13 municípios. Apresentaremos os dados do projeto a seguir.

**Quadro 1. Distribuição das turmas e recursos humanos envolvidos no projeto MEB – PI**

REGIÃO	MUNICÍPIOS	TURMAS	EDUCADORES	COORD. LOCAL	SUPERVISOR
<b>Litoral</b>	Caraúbas	01	01	01	01
	Buriti dos Lopes	02	02		
<b>Norte</b>	Joaquim Pires	02	02	01	
	Luzilândia	03	03		
<b>Centro</b>	Teresina	10	10	01	
	Altos	01	01		
	Palmeirais	02	02		
<b>Sul</b>	Cajazeiras	02	02	01	
	Pajeú do Piauí	01	01		
	Canto do Buriti	02	02		
	São João do Piauí	07	07		
	João Costa	02	02		
	Nova Santa Rita	02	02		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos relatórios do projeto MEB/PRONERA/INCRA do estado do Piauí.

Destacamos ainda que esta equipe também contou com 01 técnico pedagógico, 01 técnico administrativo e 01 coordenador pedagógico.

A contribuição do projeto MEB/PRONERA/INCRA para a construção da cidadania plena e participativa, nos territórios da reforma no estado do Piauí, teve como ponto de partida as análises, debates com o INCRA/MST na sede do MEB em Brasília e com a sede regional em Teresina. Inicialmente, no primeiro ano do projeto (2014), viabilizou o processo de alfabetização de 35 turmas, com média de 15 jovens e adultos nos assentamentos do Piauí por turma, com efetivo trabalho educativo de 8 meses e, no segundo ano do projeto (2015), foram implantadas 36 salas de aula de até 20 alunos por turma no período de escolarização, conforme descreve o Plano de Ação a seguir.

Os objetivos específicos consistem em: implementar 36 salas de aula de até 20 alunos, alfabetizar e escolarizar até 720 trabalhadores e trabalhadoras assentados(as) e ou acampados(as) e capacitar 36 alfabetizadores(as) de EJA; 03 coordenadores(as) locais; 01 técnico administrativo; 01 técnico pedagógico; 02 supervisores(as) e 01 coordenador pedagógico. Como benefícios a serem alcançados estima-se melhorias nos indicadores de impactos sociais tais como: trabalhadores(as) rurais alfabetizados melhoram as relações familiares e sociais e aumentam a autoestima; melhorias nos níveis de educação, saúde e preservação do meio ambiente/agroecologia dos alfabetizados; ampliação da formação dos(as) educadores(as) de EJA; melhor organização e desempenho no trabalho dos(as) trabalhadores(as) assentados(as); aumento do nível de escolarização dos educadores(as) e educandos(as) assentados(as) da Reforma Agrária; possibilitando uma melhor participação social, política e uma vivência mais solidária (PLANO DE AÇÃO MEB/PI, 2014, p. 1).

Ações como a que descrevemos têm contribuído para o projeto de Reforma Agrária Popular, apesar de ser um desafio na atual conjuntura política conservadora, retrógrada e genocida; contudo, a educação é primordial para o fortalecimento das ações que visam transformar os assentamentos em territórios livres do analfabetismo, com formação consciente e comprometida. Dessa forma, a estrutura do projeto atendeu aos princípios da educação realizados pelo MST. Neste sentido, de acordo com o Plano de Ação constante no

projeto, as 36 salas de aulas tiveram a estrutura pedagógica apresentada no quadro 1, que permite melhor compreensão dessa estrutura.

No tocante à EJA, no Brasil, esta sempre foi uma demanda reprimida e, quando se trata das populações que vivem no campo, os desafios são diversos, conforme destaca ARAÚJO (2012).

No campo brasileiro, caracteriza-se como educação de jovens e adultos as práticas educativas escolares e não escolares desenvolvidas com e para os trabalhadores jovens e adultos que habitam no campo brasileiro e que, nas suas trajetórias de vida, não tiveram a oportunidade de entrar na escola, ou, ainda, os que entraram e não puderam nela permanecer na idade regular. A EJA é ainda uma resposta às demandas por escolarização colocadas pelos sujeitos sociais do campo, demandas estas fruto de um longo período histórico de exclusão dos trabalhadores do acesso à educação escolar. A EJA é mais do que alfabetização apenas (embora esta seja a condição fundamental) (ARAÚJO, 2012, p. 251).

No que se refere às metas de aprendizagem, as turmas iniciaram com aplicação de diagnóstico rápido, para o nível de conhecimento inicial (teste de entrada), e diagnóstico final (teste de saída), pelos quais se alcançaram os seguintes objetivos: inserir os educandos na coletividade das salas de aula, participação nas Jornadas Comunitárias como processo educativo que, ao acontecer, envolve a comunidade e tem por finalidade a conscientização e a implementação de ações de incidência política, envolvendo os participantes diretos e indiretos na resolução de questões pertinentes à melhoria da qualidade de vida dos participantes e das comunidades locais.

As Jornadas Comunitárias integram o processo metodológico do MEB — Ver, Julgar, Agir e Rever — como referência durante todo o processo de trabalho, envolvendo-se ativamente, tendo em vista alcançar as metas do projeto: transformar os assentamentos em territórios livres do analfabetismo.

Em síntese, a centralidade do projeto está referenciada na ênfase ao trabalho social, na luta de classes, na questão agrária, na agricultura familiar na perspectiva agroecológica, possibilitando aproximar os sujeitos que constroem as práticas e vivências sociais na perspectiva da Reforma Agrária Popular e Educação do Campo.

A fundamentação teórica teve por base o método de Paulo Freire, da educação do campo, a pedagogia do MST e, fundamentalmente, o método pedagógico mebiano, que é uma referência a 60 anos de trabalho dedicado à alfabetização e escolarização de sujeitos jovens e adultos, contribuindo para a elevação da autoestima dos participantes, permitindo o cultivo dos valores ambientais e humanistas, referendado na crítica à política educacional vigente, tendo como referência a luta pela educação vivenciada pelos atores envolvidos(as), tornando as lutas instrumentos e caminhos que possibilitem uma vida melhor para todos(as) que optaram por trabalhar e viver no campo, apontando os limites e as possibilidades.

O método ver, julgar e agir é a base sobre a qual se assenta nosso processo de alfabetização. A partir daí construímos o Conjunto Didático Saber, Viver e Lutar. Com atenção voltada para os temas geradores... é um assunto que faz parte da vida do jovem e do adulto que está em processo de alfabetização e no qual ele tenha interesse direto, que estimule a curiosidade, que possa gerar conversas e troca de experiências e, mais importante, que colabore na compreensão e no enfrentamento de desafios de seu dia a dia (MEB, 2021. p. s/b).

Houve ainda uma preocupação com a qualidade da infraestrutura das salas de aula, sendo que foi feita parceria com a comunidade local, com as prefeituras dos municípios e com o MST para assegurar melhorias nas salas, pois estas deixam de ser uma preocupação dos educadores(as) e de seus educandos(as) e constituem espaços com possibilidades de contribuir para o avanço na reflexão sobre os desafios que os assentamentos apontam na construção de práticas socioparticipativas.

#### 4 Conclusão

A partir dos estudos sobre o projeto do Movimento de Educação de Base para a construção da cidadania plena e participativa nos territórios da reforma agrária no estado do Piauí, o processo de construção/organização/realização tem permitido reflexões dos educadores(as) e profissionais participantes por meio das capacitações continuadas, envolvendo os sujeitos educadores(as) locais, coordenadores, técnicos

pedagógicos, técnico administrativo, supervisores(as) e coordenadora pedagógica, visando qualificar o trabalho especialmente dos sujeitos que estiveram nas salas de aulas nos assentamentos, permitindo a estes agentes se apropriar do debate da Educação Popular de jovens e adultos, na perspectiva que o Movimento de Educação de Base – MEB tem construído de forma coletiva, a partir das necessidades do povo do campo e das florestas, ao longo de seus 60 anos de existência institucional.

É importante destacar que, a partir das análises dos relatórios pedagógicos consolidados mensalmente pelos agentes do projeto, constata-se que os objetivos de aprendizagem foram alcançados com base nas referências para a avaliação de cada educanda(o) (teste de saída). Para além dos 26 temas geradores de estudos, os sujeitos participaram e desenvolveram Jornadas Comunitárias com temas diversos, dentre os quais destacamos os mutirões de limpeza, a Jornada de combate à dengue, a troca de carteira de identidade com a retirada da frase “não alfabetizado” e ainda o envolvimento dos sujeitos em atividades políticas do MST. No decorrer do estudo de caso, chegou-se à conclusão que outros estudos devem ser realizados para aprofundar a análise acerca de cada um dos aspectos apresentados, bem como das contribuições que cada um deles pode integrar, abrindo possibilidade para a inserção de elementos que enriqueçam a discussão e contribuam, de forma efetiva, para o fortalecimento do projeto da Reforma Agrária Popular com territórios livres do analfabetismo.

Percebemos que é fundamental a discussão da Educação do e no campo e a agroecologia, para que os reflexos gerados por esse processo coletivo possam ser compreendidos e abram nossos caminhos para a efetivação e alargamento da educação como um direito conquistado e posto em prática pelo MEB e demais movimentos que lutam e promovem a educação do e no campo, garantindo o acesso a processos de educação para os camponeses nos seus territórios.

#### REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Elefante Editora, 2011.

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. Educação de jovens e adultos (EJA): *In Dicionário da Educação do*

**Campo.** Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. **Plano de Ação do estado do Piauí,** projeto de parceria MEB/PRONERA/INCRA, 2014.

\_\_\_\_\_. **Metodologia.** Disponível em: <<http://www.meb.org.br/metodologia>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SANTOS, Elinete Pereira dos. **Movimento de Educação de Base (MEB):** contribuições da Jornada Comunitária para a formação política dos sujeitos sociais. 2020. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual da Bahia. Vitória da Conquista. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2020/05/ELINETE-PEREIRA-DOS-SANTOS.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2021.